

15 COMPANHIA DE ENGENHARIA DE COMBATE

Estudo Técnico Preliminar 12/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 64410.000492/2026-31

2. Descrição da necessidade

A 15ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, localizada na GU de Palmas – PR, é uma organização militar que possui em suas dependências uma Formação Sanitária, que tem a missão de prestar atendimento médico - odontológico para a prevenção e promoção da saúde dos militares da ativa, veteranos, seus familiares e pensionistas.

A presente contratação visa a obtenção de medicamentos e material hospitalar de acordo com as especificações técnicas, contidas em anexo, com o objetivo de manter o abastecimento do depósito.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Saúde	ANDY HENRIQUE PEMPER BALDIN DE SOUZA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Em complemento à legislação aplicável ao Pregão Eletrônico, deverão ser observados as seguintes legislações vigentes para a comercialização de medicamentos e materiais odontológicos e hospitalares.

4.1.1 Lei nº 6.360 de 1976 - Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras providências.

4.1.2 RDC ANVISA nº 199 de 2006 - Dispõe sobre a Autorização de Funcionamento (AFE) e outros temas.

4.1.3 RDC ANVISA nº 16 /2014 - Dispõe sobre os Critérios para Peticionamento de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) de Empresas.

4.1.4 Portaria nº 802/1999 do Ministério da Saúde - Institui o Sistema de Controle e Fiscalização em toda a cadeia dos produtos farmacêuticos.

4.1.5 Portaria nº 344/98 da ANVISA - Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.

4.1.6 Resolução CMED nº 3 /2011 - Dispõe sobre o Coeficiente de Adequação de Preços – CAP, a sua aplicação, a nova forma de cálculo devido à mudança de metodologia adotada pela Organização das Nações Unidas – ONU, e sobre o Preço Máximo de Venda ao Governo – PMVG.

4.1.7 ABNT – NBR 7.500 - Identificação para o transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de produtos.

4.2 Com a análise das normativas referenciadas acima, o Edital e seus anexos devem conter os seguintes requisitos mínimos:

a) Certificado de Registro, emitido pela ANVISA ou a Publicação no Diário Oficial da União na forma do Art. 12º § 4º, da Lei nº 6.360/1976, Inciso IV, do Art 30, da Lei 8.666/1993. Ressalta-se que o registro deverá estar vigente. Mediante apresentação de documentação comprobatória serão aceitos protocolos de renovação desde que, o fabricante tenha dado entrada junto ao Órgão Regulador em data anterior ao término da vigência daquele certificado e a ANVISA ainda não tenha se manifestado a respeito;

b) Licença de Funcionamento da Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal vigente, conforme art. 21 da Lei nº 5.991 de 1973;

c) Autorização de Funcionamento (AFE) e quando se tratar de medicamentos controlados pela Portaria nº 344/98, Autorização Especial (AE), expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, de acordo com o disposto nos Art. 3º e 4º da RDC nº 16 de 2014. Tanto na AFE quanto na AE deve constar informação de que o Fornecedor está autorizado a distribuir medicamentos/insumos de saúde, conforme cada caso;

d) O licitante deverá dispor de Farmacêutico Responsável Técnico, conforme previsto no Art. 12 da Portaria nº 802 de 1990 do Ministério da Saúde e apresentar Certidão de Regularidade Técnica, expedido pelo Conselho Regional de Farmácia de sua jurisdição conforme Art. 2º e 5º da Resolução CFF nº 579 de 2013; e) O prazo de validade dos itens na data da entrega não poderá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante;

e) O prazo de validade dos itens na data da entrega não poderá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo total recomendado pelo fabricante;

f) Os medicamentos recebidos pelo contratante poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de notificação da contratada, às suas custas e sem prejuízo da aplicação de penalidades e o item substituído por outro produto da mesma marca constante na proposta, sendo que a não substituição no prazo de 10 (dez) dias úteis constitui motivo para cancelamento da Ata de Registro, conforme Art. 20, Incisos I, II, III e IV do Decreto nº 7.892/2013, c/c Art. 78, Inciso I da Lei nº 8.666/93;

g) Os medicamentos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, particularmente no que diz respeito à proteção, saúde e segurança, constantes na Seção I do Capítulo IV e aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados para a utilização a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme Art. 18 e seguintes do referido documento;

h) Os medicamentos podem adquiridos com previsão de entregas parceladas, com o propósito de evitar perdas, ou quando o objeto por sua natureza for de uso indefinido.

i) A contratada deverá utilizar embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento dos produtos; e

j) A lista com os itens e suas respectivas especificações constam no Documento de Formalização de Demanda e constante dos autos do processo administrativo.

4.3 Serão realizados os encaminhamentos conforme amparo legal acima, que seguirá com critérios técnicos quanto a seleção da proposta mais vantajosa para a instituição, ou seja, no melhor preço, desde que atendidos os requisitos técnicos do insumo. A avaliação técnica é realizada por equipe dedicada a este fim, com apoio da área requisitante. Deverá atender ao descritivo técnico do item licitado e cumprir com os requisitos de qualidade e funcionalidade. A avaliação poderá ser realizada através da documentação técnica e também por meio de teste de amostras.

5. Levantamento de Mercado

5.1 O levantamento de mercado considerou contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, bem como propostas de fornecedores e dados constantes em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, com o objetivo de disponibilidade dos materiais no mercado nacional.

5.2 As marcas eventualmente indicadas nas especificações dos itens servem apenas como referência, não impedindo o aceite de outras marcas, desde que sejam cumpridas as respectivas especificações técnicas, necessárias para o aceite do item.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 Tendo como base a promoção da livre concorrência, comprovada após realização de levantamento de mercado e através de contratações anteriores realizadas pelo Exército Brasileiro e de outros Órgãos, aliado ao fato dos materiais a serem contratados se tratarem de bens considerados comuns, a contratação deverá ser realizada na modalidade de licitação Pregão, na sua forma eletrônica, do tipo menor preço por item, utilizando a sistemática do Registro de Preços.

6.2 O emprego do Sistema de Registro de Preços (SRP) encontra respaldo no inciso I do Art. 3º, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, pois o processo estabelecido para aquisição de material de saúde exige a possibilidade de contratações frequentes e entregas parceladas.

6.3 Ressalta-se que os itens licitados são usados regularmente e, devido as suas características, não convém que sejam estocados em grande quantidade ou por longo prazo. Neste contexto, a adoção do SRP mostra-se como melhor escolha, tanto por trazer para o Órgão o benefício da economia de escala, como por possibilitar o gerenciamento eficiente dos estoques.

6.4 Como característica do SRP, está a não obrigatoriedade de contratação das quantidades estimadas, visto que as solicitações de fornecimento atenderão às necessidades de manutenção do estoque médio necessário para a realização do atendimento médico e odontológico da OM, sendo utilizado para as aquisições o elemento de despesa 339030 (Material de Consumo).

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 O levantamento das necessidades teve como base relatórios de consumo emitidos através do Sistema de Controle Físico (SISCOFIS), nos anos de 2023, 2024 e 2025 e relatórios de produtividade médica nos atendimentos internos da OM, sendo estimado o quantitativo para o consumo para 12 (doze) meses.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 41.777,08

8.1 O critério de definição de preços, será a média dos valores obtidos, sobre o cálculo do conjunto de 03 (três) ou mais preços. O resultado consolidado será apresentado no Mapa Comparativo de Preços, documento constante dos autos do processo administrativo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 O parcelamento da solução foi adotado e a licitação será organizada por itens e de menor preço, uma vez que o objeto é divisível e o parcelamento não implica em prejuízo para o conjunto da solução, tampouco gera perda de economia de escala.

9.2 A adoção do parcelamento visa propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens individualmente.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal. Já as contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas acompanhadas do objeto principal para a sua completa prestação.

10.2 No caso da presente licitação, não há contratações correlatas ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A presente contratação utiliza a sistemática de Registro de Preços (RP) para a aquisição de medicamentos e material hospitalar, está alinhado com o Plano Anual de Aquisições e Contratações (PAAC).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Por meio da presente contratação, busca-se garantir à 15ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada, a aquisição de medicamentos com a qualidade necessária a prestação da assistência médica e odontológico para a prevenção e promoção da saúde dos militares da ativa, veteranos, seus familiares e pensionistas, como também a obtenção de economia de escala.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Os materiais de consumo serão armazenados no Depósito, localizado no interior da Seção de Saúde da OM, o qual dispõe de espaço físico suficiente para a guarda dos itens previsto no Pregão.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Os impactos ambientais são definidos pela Resolução do Conama nº 001/86 como: “qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas no meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem estar da população; às atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais”.

14.2 As etapas do ciclo de vida de materiais envolvem produção, distribuição, uso e destinação. Serão incluídos, na presente licitação, critérios de sustentabilidade referentes à distribuição dos materiais, de responsabilidade das Contratadas.

15. Declaração de Viabilidade

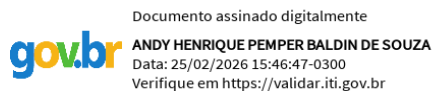
Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



ANDY HENRIQUE PEMPER BALDIN DE SOUZA

Membro da comissão de contratação

LESIMAR FERREIRA DE SOUZA JUNIOR

Autoridade competente